

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

Aos 3 dias do mês de junho de 2015, pelas 9 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09:00 Horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a(ILC) - "Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito a nascer";**
Relatora: Deputada Carla Rodrigues (PSD)
4. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - «Aprova o novo regime jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009»;**
Relator: Deputado Felipe Neto Brandão (PS)
5. **Nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais";**
6. **Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 314/XII/4.^a (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção";**
7. **Fixação de redações finais de textos aprovados;**
8. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
9. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da petição n.º 443/XII/4.^a que "Solicita alteração do artigo 196.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, que Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade";**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

Relatora: Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP).

10. Apreciação e votação das atas n.ºs 55 a 62/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 5 a 27 de maio de 2015;

11. Outros assuntos.

11:00 Horas

Audição da Ministra da Justiça, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
335/XII/4. ^a (GOV)	Transpõe a Diretiva n.º 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo	Deputado António Gameiro (PS)
337/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro n.ºs 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008.	Deputada Isabel Oneto (PS)
338/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível.	Deliberado não emitir Parecer por se encontrar agendada a Discussão na generalidade para a sessão plenária de 4.6.2015.
339/XII/4. ^a (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro	Deliberado não emitir Parecer por se encontrar agendada a Discussão na generalidade para a sessão plenária de 4.6.2015.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.ª SL

340/XII/4.ª (GOV)	Altera o Código Civil e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção.	Deliberado não emitir Parecer por se encontrar agendada a Discussão na generalidade para a sessão plenária de 4.6.2015.
----------------------	---	---

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
965/XII/4.ª (BE)	Altera as Leis Eleitorais, permitindo o voto antecipado a doentes que estejam impossibilitados de se deslocar, ou de se deslocar pelos seus próprios meios, às mesas de voto	A indicar oportunamente pelo GP do PSD

O Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa solicitou à Comissão a pronúncia relativa ao projeto de lei consolidante sobre os direitos das associações de mulheres, tendo sido para o efeito designada relatora a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD).

Em seguida, foram comunicadas e distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<p><i>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Estabilização e de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Kosovo*, por outro – COM(2015)181</i></p> <p><i>Obs. Distribuída também às:</i> Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas, Comissão de Agricultura e Mar, Comissão de Educação Ciência e Cultura, Comissão de Segurança Social e Trabalho, Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.</p>	Deliberado não escrutinar	NA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à Posição do Conselho sobre a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos (Texto relevante para efeitos do EEE) – COM(2015)187</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo – COM(2015)188</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia (2015-2019) «Manter os direitos humanos no centro da agenda da UE» – JOIN(2015)16</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Desenvolver as capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento - Capacitar os parceiros para a prevenção e a gestão das crises - JOIN(2015)17</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça que prevê medidas equivalentes às previstas na Diretiva 2003/48/CE do Conselho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros – COM(2015)150</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça que prevê medidas equivalentes às previstas na Diretiva 2003/48/CE do Conselho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros – COM(2015)151</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.ª SL

<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo de Estabilização e de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Kosovo*, por outro – COM(2015)183</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Agricultura e Mar</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão de Segurança Social e Trabalho</u> <u>Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Agenda Europeia para a Segurança – COM(2015)185</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Relatório sobre a aplicação da Diretiva 2004/113/CE do Conselho que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento) – COM(2015)190</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa – COM(2015)192</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, no respeitante às disposições do Protocolo abrangidas pelo âmbito de aplicação da Parte III, Título V, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – COM(2015)193</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas e Comissão de saúde.</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.ª SL

<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, no respeitante às disposições do Protocolo que não são abrangidas pelo âmbito de aplicação da Parte III, Título V, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – COM(2015)194</p> <p><u>Obs. Distribuída também à:</u> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Saúde</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório de 2014 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE – COM(2015)191</p> <p><u>Obs. Distribuída também à:</u> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES AGENDA EUROPEIA DA MIGRAÇÃO COM(2015)240.</p> <p><u>Obs. Distribuída também à:</u> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Proposta relativa a um Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor COM(2015)216.</p> <p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, Legislar melhor para obter melhores resultados - agenda da UE COM(2015)215 e documentos de trabalho associados SWD(2015)110 e SWD(2015)111.</p> <p>INICIATIVAS SELECIONADAS PARA ESCRUTÍNIO PELA 1.ª COMISSÃO</p> <p><u>Obs. Distribuída também à: Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</u></p>	<p>Deputado Luís Pita Ameixa (PS)</p>	<p>NA</p>
<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO A UE e a ASEAN: uma Parceria com um Objetivo Estratégico JOIN(2015)22.</p> <p><u>Obs. Distribuída também à:</u> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</u></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO relativo ao funcionamento das disposições transitórias em matéria de livre circulação dos trabalhadores da Croácia (primeira fase : 1 de julho de 2013 a 30 de junho de 2015) COM(2015)233</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Segurança Social e Trabalho</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Sétimo relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen 1 de novembro de 2014 - 30 de abril de 2015 COM(2015)236</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para o pagamento de adiantamentos no âmbito do orçamento de 2016 COM(2015)281</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (codificação) COM(2015)8</p>	<p>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</p>	<p>NA</p>

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o projeto de lei n.º 790/XII/4.^a(ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito a nascer, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, através da Senhora Deputada Francisca Almeida, procedeu-se ao adiamento da apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito da apreciação da proposta de lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

O quinto e sexto pontos da ordem do dia foram adiados para o final da reunião e, não havendo lugar à fixação de redações finais de textos aprovados nem à apreciação de relatórios sobre iniciativas legislativas – sétimo e oitavo pontos, respetivamente, da ordem do dia -, os trabalhos prosseguiram com o nono ponto da ordem do dia, que consistia na apreciação do relatório final da petição n.º [443/XII/4.^a](#) - «solicita alteração do artigo 196.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade», que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Após um breve debate, em que intervieram, além do Senhor Presidente, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) e a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), o relatório final foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

No décimo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 55 a 62/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 5 a 27 de maio de 2015, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

Em seguida, foi retomado o sexto ponto da ordem do dia, que consistia na discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 314/XII/4.^a (GOV) - Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 24 de abril de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#) e [Ordem dos Advogados](#).

Em 1 de junho de 2015, apresentaram conjuntamente [propostas de alteração](#) à Proposta de Lei os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

Encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, da votação resultou o seguinte: foram aprovados por unanimidade dos presentes todas as propostas de alteração apresentadas e todos os artigos constantes da iniciativa legislativa em apreciação, com exceção do n.º 4 do artigo 8.º, que mereceu a abstenção do BE e os votos favoráveis dos demais grupos parlamentares.

Os trabalhos prosseguiram com o quinto ponto da ordem do dia, que consistia na nova apreciação na generalidade do projeto de lei n.º 530/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais. A esse propósito, dera entrada um requerimento do Grupo Parlamentar do PS no sentido de a Comissão promover, com urgência, a audição das seguintes entidades: Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, Associação Portuguesa de Imprensa, Plataforma de Media Privados e Sindicato dos Jornalistas, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) para o fundamentar. O Senhor Presidente deu igualmente nota de que, sobre a mesma matéria, lhe havia sido dirigido um pedido de audiência por parte de três diretores – Dr. Pedro Camacho, Diretor da Visão; Dr.^a Graça Franco, Diretora da Rádio Renascença; e Dr. José Alberto Carvalho, Presidente do Comité Editorial da TVI –, nomeados pelo grupo de 20 diretores dos principais meios de comunicação de âmbito nacional (da imprensa, da televisão e da rádio), pedido que submetia à deliberação da Comissão. Após a intervenção do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) e, uma vez que todos os grupos parlamentares presentes consideraram fundamental ouvir e auscultar a opinião das entidades interessadas e intervenientes nesta matéria, foi pela Comissão deliberado realizar as referidas audições na terça-feira seguinte, dia 9 de junho. Em consequência, foi adiada a discussão e votação desse ponto da ordem do dia para data posterior à da realização das audições

Em seguida, para um breve enquadramento da iniciativa legislativa e das propostas de alteração entretanto apresentadas, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Jorge Lacão (PS), António Filipe (PCP), Cecília Honório (BE) e Telmo Correia (CDS-PP).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.^a SL

Após uma breve interrupção, o Senhor Presidente deu início à audição da Senhora Ministra da Justiça, Dr.^a Paula Teixeira da Cruz — que se fez acompanhar do Senhor Secretário de Estado da Justiça, Dr. António Costa Moura —, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Ministra da Justiça proferiu uma intervenção inicial e, de seguida, as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Oneto (PS), João Lobo (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE) colocaram questões, às quais a Senhora Ministra, coadjuvada pelo Senhor Secretário de Estado, respondeu individualmente.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta *ata*, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: aprovada a 01-07-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 64/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lação
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carla Rodrigues
Carlos Abreu Amorim

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares